

- Plano de Recuperação Judicial -

Grupo



Grupo Fras

CNPJ / MF nº 02.591.697/0001-48
CNPJ / MF nº 08.373.942/0001-27
CNPJ / MF nº 10.369.813/0001-07
CNPJ / MF nº 08.813.381/0001-30
CNPJ / MF nº 04.871.396/0001-01
CNPJ / MF nº 09.207.418/0001-49

Plano de Recuperação Judicial para apresentação nos autos do Processo número CNJ nº 0017485-36.2013.8.21.0086, em trâmite na 3º Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha/RS, consoante a LEI nº 11.101/2005 em atendimento ao seu artigo 53 e seguintes, elaborado pela empresa

AFFARI Assessoria Estratégica.

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	5
1.1	Considerações Iniciais	5
1.2	Despacho Deferimento	6
1.3	Objetivos	9
1.4	Escopo do Diagnóstico	10
2	A EMPRESA	12
2.1	Histórico	12
2.2	Estrutura Organizacional.....	13
2.2.1	Unidade Produtiva.....	13
2.3	Estrutura Administrativa	15
2.3.1	Equipe.....	16
2.4	Estrutura Comercial.....	17
3	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	18
3.1	A Origem da Crise.....	18
3.2	Resumo do Quadro Geral de Credores	20
3.3	Diagnóstico da Situação Atual – Análise SWOT	21
3.4	Análise de Mercado.....	21
3.4.1	O setor de construção civil no Brasil.....	21
3.4.2	Mercado Internacional.....	34
3.4.3	Mercado Nacional	39
3.5	Análise de Mercado.....	40
3.5.1	Tendências e Projeções.....	41
4	O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.....	42
4.1	Reestruturação Fabril.....	42
4.2	Reestruturação Mercadológica	43
4.3	Reestruturação Administrativa e Financeira	44
5	ESTUDO ECONÔMICO FINANCEIRO.....	47
5.1	Projeções	47
5.1.1	Premissas.....	47
5.1.2	DRE Projetada Consolidada.....	50
5.1.3	Análise da Viabilidade Econômica.....	51
6	PAGAMENTO AOS CREDITORES.....	53
6.1	Premissas.....	53
6.2	Proposta de Pagamento	54
6.2.1	Credores Classe I – Trabalhista.....	54
6.2.2	Credores Classe II – Com Garantia Real e Classe III - Quirografários	54
6.3	Atualização Monetária dos Créditos	57
7	DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.....	59
7.1	Outras Formas de Amortizações Possíveis.....	59
7.2	Exclusão das Restrições Cadastrais	59
7.3	Considerações	61
7.4	Esclarecimentos.....	62
7.5	Conclusão	63

Definições

Objetivando uma melhor compreensão do presente Plano de Recuperação Judicial, os termos a seguir, quando utilizados neste documento, devem ser entendidos conforme definições abaixo:

"Recuperanda e/ou Empresa": denominação da Empresa – Grupo Fras;

"Credores": todos os Credores em conjunto – Credores Classe I, Credores Classe II e Credores Classe III;

"ACG": Assembléia Geral de Credores;

"Credores Classe I": titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho;

"Credores Classe II": titulares de créditos garantidos por garantias reais, sujeitos a Recuperação Judicial;

"Credores Classe III": titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, privilégios gerais ou subordinados – excetuados os Credores Sócios;

"Plano de Recuperação Judicial" ou "PRJ": o presente documento;

"Diagnóstico Empresarial ou Diagnóstico": levantamento de informações econômicas, financeiras e operacionais;

"Turnaround Management": Gestão da Recuperação.

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

O Grupo Econômico formado pelas empresas, **FRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o n.º 02.591.697/0001-48, com estabelecimento principal na cidade de Cachoeirinha/RS, sito na Rua Papa João XXIII, 780 – Sala 02 – Centro – CEP 94.910-170, **SRS TRANSPORTES LTDA**, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o n.º 10.369.813/0001-07, sediada na cidade de Cachoeirinha/RS, sito na Rua Papa João XXIII, 780 – Sala 10 – Centro – CEP 94.910-170, **FAN SERVIÇOS COBRANÇA LTDA**, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o n.º 08.373.942/0001-27, sediada na cidade de Viamão/RS, sito na Rua Camilo da Rocha, 3 – Bairro Santa Cecília - CEP 94.475-730, **COLAFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o n.º 04.871.396/0001-01, sediada na cidade de Cachoeirinha/RS, sito na Rua Papa João XXIII, 780 – Centro – CEP 94.910-170, **COLFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o n.º 08.813.381/0001-30, sediada na cidade de Cachoeirinha/RS, sito na Rua Papa João XXIII, 780 – Pavilhão B – Centro – CEP 94.910-170 e **JANILDE ALEXANDRE DOS SANTOS TRANSPORTES ME**, sociedade empresária inscrita no CNPJ n.º 09.207.418/0001-49, sediada na cidade de Viamão/RS, sito na rua Camilo da Rocha, 7, Bairro Florença – CEP 94.475-730, utilizou-se em 19 de Novembro de 2013 do benefício legal da Recuperação Judicial, que tramita na 3º Vara Cível de Cachoeirinha/RS, sob processo nº 0017485-36.2013.8.21.0086.

O referido processo teve seu deferimento determinado pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Cachoeirinha/RS, João Luís Pires Tedesco, com a disponibilização da decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em 04 de Dezembro de 2013, diário nº 5219, página 35.

O presente **Plano de Recuperação Judicial** foi elaborado pela empresa AFFARI Assessoria Estratégica, em atendimento ao exposto nos artigos, 50, 53 e 54 da Lei nº 11.101/2005, tendo por objetivo demonstrar que, reestruturando-se, o GRUPO FRAS retomará sua competitividade e, por conseguinte, sua viabilidade econômica e financeira, permitindo, assim, a liquidação de seus passivos nos prazos propostos, promovendo desta forma a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Ressalta-se que todas as premissas e dados utilizados para a elaboração deste Plano foram disponibilizados pela diretoria do GRUPO FRAS, sendo que os trabalhos desenvolvidos pela AFFARI Assessoria Estratégica não contemplou a auditoria destas informações.

É parte integrante deste Plano (Anexo I) o Laudo de Avaliação de Ativos, que foi preparado por empresa especializada.

1.2 Despacho Deferimento

Apresentamos abaixo, a reprodução na íntegra do despacho que deferiu o processamento da Recuperação Judicial:

"Vistos. Trata-se de pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL formulado por grupo econômico formado pelas empresas FRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., SRS TRANSPORTES LTDA., FAN SERVIÇOS COBRANÇA LTDA., COLAFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., COLFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e JANILDE ALEXANDRE DOS

SANTOS TRANSPORTES, com fundamento na Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falência). As requerentes declinaram as causas pelas quais chegaram à atual situação patrimonial, bem como as razões da crise econômico-financeira em que se encontram, justificando, assim, sua pretensão. Sustentaram que atendem aos requisitos previstos no art. 48, da LRF. Requereram o deferimento do pedido de processamento da recuperação pretendida, cujo plano será apresentado segundo o disposto no art. 50, no prazo e condições declinados nos artigos 53 e 71, do mesmo Diploma Legal. Postularam, em sede de antecipação de tutela, a abstenção, pelo Banco HSBC BRASIL BANK S/A, de proceder eventuais bloqueios ou retenções de valores nas contas bancárias das quais são titulares (em número de 05 é cinco), facultando-lhes, ainda, amplo acesso aos documentos e programas de software inerentes ao gerenciamento das contas, sob pena de multa cominatória. É breve o relato. Passo a decidir. Compulsando os autos, verifica-se que a inicial foi instruída com os documentos exigidos no art. 51, da Lei 11.101/2005. Salienda-se que, cabe aos credores das requerentes, sujeitos a presente Recuperação Judicial, exercerem a fiscalização sobre esta, colaborando na verificação de sua situação econômico-financeira. Verifico, outrossim, que estão ausentes os impedimentos para o processamento da referida Recuperação Judicial, insculpidos no art. 48, da LRF, o que permite o prosseguimento do feito. Assim, considerando o disposto no art. 52, da Lei 11.101./2005, DEFIRO o processamento da Recuperação Judicial das empresas FRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., SRS TRANSPORTES LTDA., FAN SERVIÇOS COBRANÇA LTDA., COLAFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., COLFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e JANILDE ALEXANDRE DOS SANTOS TRANSPORTES, qualificadas na exordial Quanto ao pedido de antecipação de tutela, verifico estarem presentes os requisitos autorizadores para o seu deferimento. Isso, porque o bloqueio, ou retenção de valores, nas contas bancárias de titularidade das requerentes, inviabilizariam a própria Recuperação Judicial, cujo processamento restou deferido. Isso posto, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, a

fim de determinar a abstenção, pelo Banco HSBC BRASIL BANK S/A, de proceder eventuais bloqueios ou retenções de valores nas contas bancárias de titularidade das requerentes (em número de 05 é cinco), devendo, ainda, facultar-lhes o amplo acesso aos documentos e programas de software inerentes ao gerenciamento das referidas contas, sob pena de multa diária, no valor de R\$ 500,00, até o limite de 20 dias. Oficie-se ao Banco para cumprimento da liminar. Ainda, ante o deferimento, quanto ao processamento da Recuperação judicial, passo a determinar o que segue: a) Nomeio para o cargo de Administradora Judicial a Sra. Claudete Rosimara de Oliveira Figueredo, inscrita na OAB/RS sob o nº. 62.046, sob compromisso, que deverá ser prestado em 24 horas; b) Dispensar a apresentação de certidões negativas para que as devedoras exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, segundo dispõe o art. 52, II, da Lei 11.101/2005; c) Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra as devedoras, conforme preceitua o art. 6º da LRF, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º, do mesmo dispositivo legal, bem como as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º, do art. 49, desta Lei, devendo ser oficiadas as varas cíveis desta Comarca (primeiro parágrafo, da fl. 16); d) Determino às devedoras a apresentação de contas demonstrativas mensais, devendo colocarem à disposição os livros obrigatórios, Registro de Duplicatas, Registro de Vendas à Vista e demais documentos de escrituração contábil, consoante estabelece o art. 51, § 1º, da LRF, enquanto perdurar a Recuperação Judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV, da LRF); e) Intime-se o Ministério Público e comuniquem-se, por carta, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que as devedoras tiverem estabelecimentos; f) Expeça-se edital, com a observância do disposto no art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005; g) Os credores quirografários sujeitos a presente Recuperação Judicial terão o prazo de quinze (15) dias para apresentarem as suas habilitações à Administradora Judicial, ou as suas divergências

quanto aos créditos relacionados, na forma do art. 7º, § 1º, do Diploma Legal supracitado;

h) Os credores terão o prazo de trinta (30) dias para manifestarem a sua objeção ao plano de recuperação da devedora, a partir da publicação do edital a que alude o art. 7º, § 2º, da LRF, ou de acordo com o disposto art. 55, § único, do mesmo Diploma Legal. Cumpra-se. Intimem-se. Diligências legais.”

1.3 Objetivos

O trabalho desenvolvido pretende demonstrar, mediante modernas técnicas de “Turnaround Management” e com propostas amplas e/ou pormenorizadas de reestruturação operacional, a viabilidade do GRUPO FRAS e sua consequente recuperação da crise econômico-financeira.

É premissa básica para resgatar a viabilidade e competitividade, condições e prazos diferenciados¹ para liquidação de seu atual passivo.

Em consonância com as premissas indicadas neste Plano, o GRUPO FRAS poderá, simultaneamente, promover a quitação integral de seu passivo nos termos deste Plano, equalizando as atuais dificuldades que o levaram ao período de escassez financeira, garantindo assim a manutenção e desenvolvimento da Empresa² enquanto unidade produtiva e geradora de empregos e riquezas.

O Plano foi elaborado com o intuito de apresentar soluções aos principais problemas enfrentados pela Recuperanda ao longo dos últimos anos, determinantes para que se atingisse um quadro de escassez financeira que a impediram de honrar os compromissos assumidos com seus credores. Tais dificuldades foram identificadas após um

¹ Conforme Art. 50, inciso I da Lei 11.101/2005.

² Conforme Art. 47 da Lei 11.101/2005

minucioso Diagnóstico Empresarial que elencou e avaliou as circunstâncias existentes sob diversos prismas da administração moderna.

Lastreado neste Diagnóstico Empresarial, o Plano definiu as principais vertentes de trabalho necessárias para fornecer as respostas que cada item "problema", fortalecendo a nova gestão que nasce a partir do processo de Recuperação Judicial.

Elucidaremos o potencial e a viabilidade da Empresa sob os aspectos técnico, econômico e financeiro, e esta viabilidade será o início para o cumprimento do cronograma de pagamento do passivo dos credores habilitados na Recuperação.

Por fim, espera-se que o Plano apresentado cumpra as expectativas de todos os interessados na Empresa: funcionários, clientes, fornecedores, sócios e comunidade em geral.

1.4 Escopo do Diagnóstico

Como já exposto, o item balizar deste Plano foi o Diagnóstico Empresarial previamente elaborado e fundamentado na análise de relatórios das diversas áreas operacionais, dos balanços e balancetes disponíveis, dos indicadores de diversos itens da atividade. Boa parte destas informações foram recolhidas *in loco*, ao passo que outras foram adotadas conforme informações internas recebidas da própria Empresa.

O mercado de atuação da Empresa (concorrência, fornecedores e clientes) também foi analisado com base em informações externas, com vistas a ratificar fontes internas e identificar os pontos fortes e fracos do GRUPO FRAS em uma visão mais abrangente, cotejando a visão interna para com a externa.

O entendimento do mercado de atuação foi muito importante para entender as expectativas externas em relação ao GRUPO FRAS, bem como seu market-share, foram fundamentais para a proposta de pagamento que integra este Plano, o qual busca a importante adesão dos Credores para efetiva aprovação da referida Recuperação Judicial.

Ao longo de todo o processo de diagnóstico foi possível detectar e compreender a origem dos principais problemas e dificuldades que levaram o GRUPO FRAS recorrer ao processo de Recuperação Judicial, sendo que, na sequência, foram encontradas novas alternativas e mudanças propostas, que viabilizarão as operações da empresa e gerarão caixa suficiente para amortização da dívida.

CAPITULO II

2 A EMPRESA

2.1 Histórico

Para entender melhor o início da empresa, voltamos para meados de 1998, ano em que nasce a sociedade empresária FRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Inicialmente, a principal atividade baseava-se na comercialização de pisos cerâmicos e produção de matéria-prima respectiva. Seguindo fortemente neste mercado aquecido, logo nasce o Grupo FRAS, que passou a ser detentor da marca COLAFIX. Esta marca, muito conhecida na região Sul do País, possui uma trajetória de mais de 55 anos de história, marcada pelo empreendedorismo e capacidade de fazer. A base para este sucesso está na fabricação de produtos para a construção civil, pois a empresa mantém tecnologias avançadas para melhor atender o mercado que se moderniza a todo o momento.

A oferta de soluções práticas, econômicas e eficientes, faz com que a empresa destine boa parte dos investimentos para melhoria contínua, visando aperfeiçoar processos e facilitar a vida de mestres de obra, pedreiros, azulejistas e clientes em geral na aplicação correta de seus produtos, com isso, ao longo do tempo, conquistou uma posição de destaque e de referência no cenário comercial onde atua.

A atual administração comanda o Grupo Econômico desde o ano de 2006-2007, com a aquisição da referida marca, e expandiu as atividades empresarias investindo em logística para abastecer, atualmente, mais de 8.000 pontos de venda dos produtos fabricados (argamassas, rejuntamentos, impermeabilizantes e complementos afins) especialmente na região Sul do País, também exportando para as nações da América Latina.

A gestão corporativa atual ampliou a capacidade produtiva de 500 toneladas/mês em 2006 para mais de 30.000 toneladas/mês.

As empresas integrantes do grupo econômico relacionam-se entre si por seus diversificados objetos (fabricação, comercialização varejista e atacadista, auxílio logístico e suporte técnico-financeiro), e lhe dão o sustentáculo necessário ao desenvolvimento da produção, concentrando esforços coordenados que resultaram na geração de empregos diretos – atualmente o grupo conta com mais de 60 empregados – e indiretos – cerca de 600 postos de trabalho.

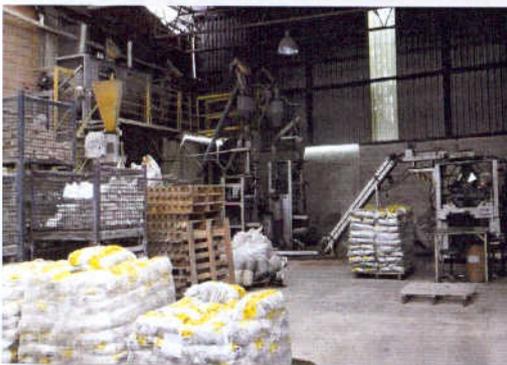
Genuinamente gaúcha, a marca COLAFIX figura, atualmente, como única com expressividade no setor de fabricação de argamassas técnicas, segunda colocada no ranking de vendas do Estado do Rio Grande do Sul. Competindo com diversas multinacionais, é uma das fabricantes nacionais que representa o Brasil no ramo específico, enfrentando com destemor a conhecida problemática do monopólio do cimento.

2.2 Estrutura Organizacional

2.2.1 Unidade Produtiva

O GRUPO FRAS possui uma planta fabril com área total que ultrapassa os 15.000m², sendo mais de 2.000m² de área construída. Totalmente equipada, a fábrica está apta para produzir todo o mix de produtos.

Toda estrutura administrativa, financeira e comercial está localizada na mesma planta, contribuindo muito para a agilidade dos serviços e processos. Todos os atendimentos efetuados aos fornecedores, qualidade de matéria-prima, controle do transporte e análise de produto acabado são realizados a partir da Matriz, em Cachoeirinha/RS.



2.3 Estrutura Administrativa

Missão

“Comercializar produtos para construção civil e prestar serviços que visem atender nossos clientes e parceiros, de forma que estes nos identifiquem pela qualidade, solidez e atuação no mercado.”

Valores

- Política de Qualidade
- Fidelizar parcerias com fornecedores
- Ter produtos de qualidade
- Aumentar o mix de produtos
- Manter e conquistar clientes
- Investir em tecnologia para garantir a produção
- Prezar pela qualificação dos colaboradores

Ética

“Contribuir para o desenvolvimento comunitário, praticando a cidadania e responsabilidade social”.

Respeito às Pessoas e Meio Ambiente

“Ser justo na prática com as pessoas incentivando o crescimento profissional e valorizando o ser humano, assim como não ferir o meio ambiente e incentivar práticas e projetos visando à conscientização por um mundo melhor”.

Inovação

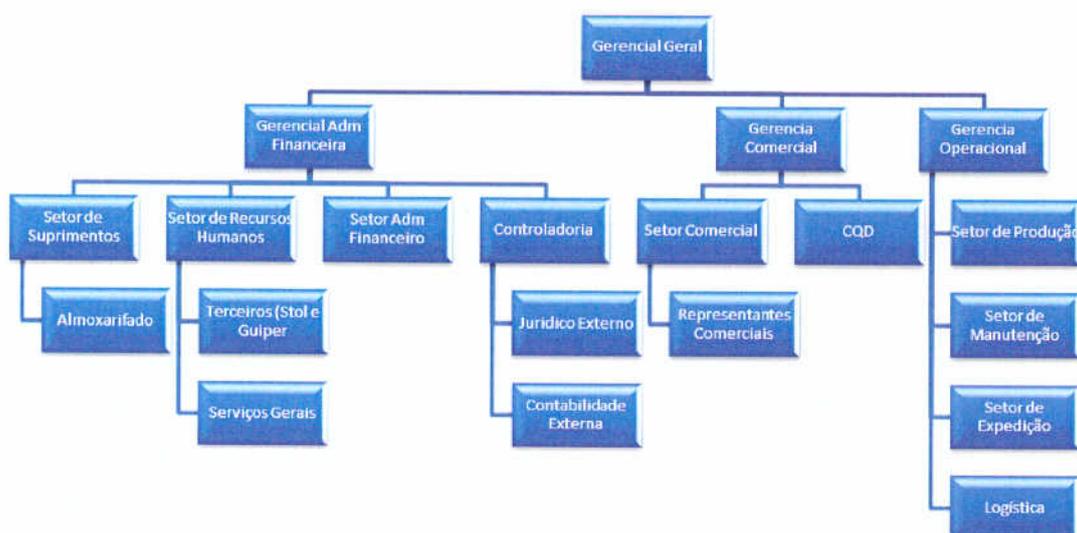
“Incentivar mudanças e dar abertura as pessoas para expor suas idéias no intuito de aproveitar a criatividade”.

2.3.1 Equipe

Valorizar e investir em sua equipe de trabalho foi o caminho escolhido para criar um ambiente de satisfação, onde todos se comprometem com a qualidade e com o crescimento da empresa. Seus colaboradores participam dos programas de treinamentos, que já foram intensificados em todos os níveis, aumentando a consciência profissional com destaque para o mérito, onde cada colaborador, por sua própria força, inicia a construção de seu próprio futuro.

O GRUPO FRAS mantém-se em funcionamento com uma estrutura de pessoal na medida de sua necessidade. Obviamente a concentração da força de trabalho está no setor de produção. Todavia, seus setores administrativos, aliados à logística e transporte garantem o rigoroso controle de qualidade. Atualmente todos os lotes de produção mantém rastreabilidade, que é acompanhada pela área de tecnologia da informação. Todo histórico da matéria-prima e o produto acabado estão alocados em um banco de dados, acessado por sistema próprio que disponibiliza todas as informações necessárias para a imediata tomada de decisões.

Abaixo, de forma sintética, apresentamos o organograma da empresa.



2.4 Estrutura Comercial

A estrutura comercial do GRUPO FRAS mantém abrangência nacional, porém é no estado do Rio Grande do Sul que se destacam os maiores e melhores resultados. Graças à boa aceitação do mercado, atualmente a produção é pequena ante a possibilidade e capilaridade de vendas. Todo o volume produzido é vendido, mantendo estoque somente no tempo logístico necessário.

A Empresa mantém clientes ativos desde sua fundação, que compram os produtos semanalmente, mantendo desta forma uma parceria sólida. Os principais clientes, em sua maioria, são lojas de materiais de construção, construtoras e distribuidores da região Sul e Sudeste do Brasil.

A equipe de vendas é formada por 20 representantes comerciais, que possuem equipes de vendedores externos, e estão lideradas por um gerente que atua junto com os representantes, visitas a clientes e também reforçam o time de suporte dentro da empresa, participando ativamente das decisões e trazendo os principais anseios dos clientes.

CAPÍTULO III

3 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

3.1 A Origem da Crise

Os efeitos da crise financeira internacional de 2008 no polo industrial cerâmico, que provocaram o fechamento ou o ingresso de pedidos de Recuperação Judicial, em cadeia, de indústrias nacionais de peso setorial, como a Cerâmica Anhanguera, a Cerâmica Cecol, Cerâmica Carbus, Cerâmica Nardine, todas do Estado de São Paulo, além da gaúcha Cerâmica Bellagres, atingiram severamente os contratos realizados pelas requerentes para suporte e comercialização dos produtos da marca COLAFIX. Desta forma, questões mercadológicas e pontuais provocaram um insuportável desequilíbrio econômico-financeiro.

A forte oscilação cambial ocorrida na época, para a indústria ceramista, além de acarretar prejuízos às operações de exportação, também possibilitaram que concorrentes internacionais, principalmente chineses, invadissem o mercado nacional com preços extremamente agressivos, apesar dos eventuais problemas de qualidade de seus produtos.

Em março/abril do ano de 2012, a gestão atual, entre outras medidas de contenção, procurando reverter a situação que se agravou com a expressiva redução de seus negócios, realizou investimento com recursos de caixa para adquirir área própria, a fim de evitar o aluguel do terreno em que se situa o parque fabril e, portanto, diminuir custos.

No contexto de crise generalizada, inesperadamente, devido a uma alteração no Plano Diretor do Município de Cachoeirinha/RS, a área em que se situa o

parque fabril dos produtos COLAFIX foi reclassificada - de área exclusivamente industrial para a área mista (industrial e residencial) - obrigando a administração a reduzir um turno de trabalho, situação que afetou imediatamente a capacidade de produção.

Em consoante, há sempre necessidade de se investir na aquisição de maquinário modernizado (robôs, empilhadeiras, empacotadeiras, paletizadores automáticos, entre outros), como forma de manter a marca COLAFIX competitiva dentro do mercado. No entanto, as empresas do grupo que realizaram empréstimos, financiamentos e inevitáveis refinanciamentos acabaram por sujeitar-se às altas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras.

Na tentativa de reverter a situação agravada, as referidas requerentes chegaram a preencher todos os limites de crédito concedidos por seus parceiros financeiros, culminando em uma preocupante situação de falta de liquidez para aquisição de matéria-prima e pagamento dos principais credores.

Antes do pedido de Recuperação Judicial o Grupo Fras tentou de todas as formas possíveis reinventarem e buscar uma solução para abrandar seus problemas financeiros, porém todas as tentativas de repactuação com as instituições financeiras culminaram em um acúmulo mensal de pagamento das parcelas, o que, com a geração atual de caixa, não os permitiria honrar em seus vencimentos, levando-o novamente a insolvência desses novos acordos.

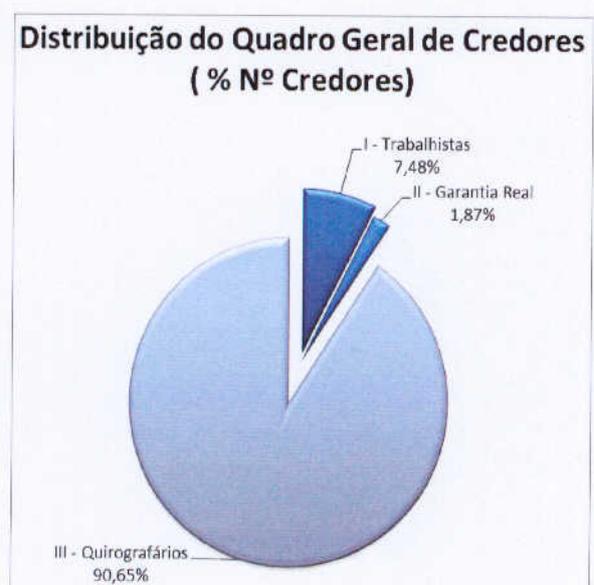
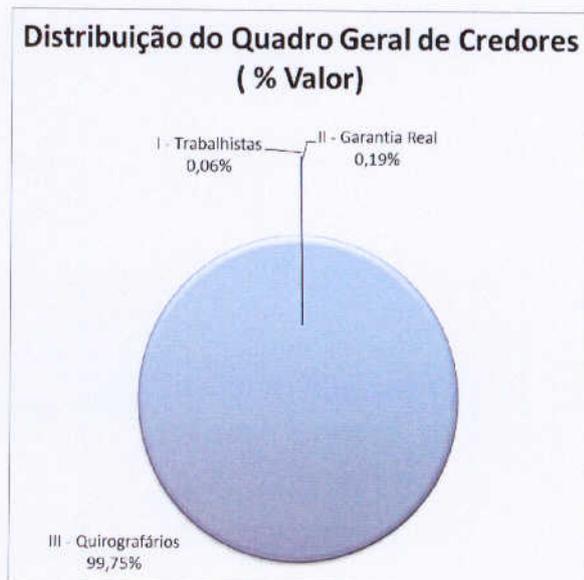
3.2 Resumo do Quadro Geral de Credores

Leva-se em consideração para este Plano a Lista de Credores apresentada pela empresa quando da instrução³ do pedido de Recuperação.

Quadro Geral de Credores				
Classe de Credores	Valor Total (R\$)	% (Valor)	Nº	% (Nº)
I - Trabalhistas	13.880,00	0,06%	8	7,48%
II - Garantia Real	43.055,60	0,19%	2	1,87%
III - Quirografários	22.411.480,96	99,75%	97	90,65%
Total Geral	22.468.416,56	100,00%	107	100,00%

Valores em Reais (R\$)

Nota: O Quadro Geral de Credores apresentado acima poderá sofrer alterações mediante apresentação da lista final de Credores do Administrador Judicial.



³ Conforme art. 51, inciso III da Lei 11.101/2005.

3.3 Diagnóstico da Situação Atual – Análise SWOT

1 – PONTOS FORTES	2 – PONTOS FRACOS
Marcas reconhecidas no mercado	Custos fixos ainda elevados
Possibilidade de inclusão de novos itens no mix de produtos	Inexistência de capital de giro e capital para investimento em máquinas e equipamentos
Localização Estratégica na Região Sul	Planejamento estratégico ainda não implantado
Baixo nível de inadimplência com clientes fidelizados	Margem de alguns produtos abaixo do esperado (já em readequação)

3 – OPORTUNIDADES	4 – AMEAÇAS
Ótimo momento vivido pela construção Civil	Perspectiva de bolha imobiliária no Brasil para 2015
Aumento do poder aquisitivo da população	Alto endividamento da grande parcela da população
Localização da indústria em área metropolitana à cidade-sede da Copa 2014	

O mercado de atuação do GRUPO FRAS não oferece nenhuma barreira significativa de entrada, sendo a rotatividade entre os concorrentes uma situação de normalidade.

3.4 Análise de Mercado

3.4.1 O setor de construção civil no Brasil

No período de 2004 a 2008 a taxa média de crescimento do PIB do país foi de 4,8%. No mesmo espaço de tempo, a construção civil cresceu em uma taxa média de

5,1%, acima da taxa da economia nacional. Um resultado expressivo para um setor que passou por décadas de estagnação. Muitos têm interpretado este momento como um "boom" no setor da construção civil. A palavra "boom" na economia expressa um período de crescimento rápido e repentino, e ao observar o desempenho do setor habitacional, pode-se analisá-lo como um "boom" imobiliário. Mas a correta interpretação é de que este crescimento não se deu de forma repentina. Deve-se observar que o crescimento não tem sido de natureza especulativa, mas sim decorrente de mudanças institucionais e da própria evolução do cenário macroeconômico.

A tabela a seguir mostra a evolução do PIB da construção, além de alguns dados que mostram a relevância do setor na economia nacional.

Dados do setor da Construção Civil
Período: 2000 – 2009

		CÉNARIO BÁSICO									
Dados do setor		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
VAB pb Construção Civil	R\$ bilhões	56	59	67	69	85	90	96	111	127	135
FBCF Construção Civil	R\$ bilhões	98	103	115	115	137	145	157	178	211	216
Taxas de Crescimento											
VAB pb Construção Civil	%	2,0	(2,1)	(2,2)	(3,3)	6,6	1,8	4,7	4,9	7,9	(6,3)
Dados adicionais											
Taxa de Investimentos Construção Civil	% do PIB	8,3	7,9	7,7	6,8	7,0	6,7	6,6	6,7	7,0	6,9
Participação VAB pb CC / VAB pb	%	5,5	5,3	5,3	4,7	5,1	4,9	4,7	4,9	4,9	5,1
Participação VAB pb CC / VAB pb Indústria	%	19,9	19,8	19,5	16,8	16,9	16,7	16,5	17,5	17,6	20,0
Participação FBCF CC / FBCF	%	49,6	46,5	47,3	44,2	43,7	42,3	40,4	38,3	37,7	41,1

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Brasil.

(1) Contas Nacionais Trimestrais: Nova Série 2006. Banco de dados agregados - SIDRA/IBGE

(...) Dados não disponíveis.

O setor da construção civil, assim como todos os outros componentes da indústria, sofreu os impactos da crise econômica. Segundo o IBGE, através do Sistema de Contas Trimestrais, o resultado das atividades do setor em 2009 foi extremamente negativo (-6,3%).

Porém, esta estatística não reflete o real desempenho da construção civil. Em 2009, o setor desempenhou um papel anticíclico na economia nacional, com o governo incentivando suas atividades através de instrumentos como políticas fiscais (redução no IPI de alguns materiais de construção) e introdução de programas de concessão de subsídios como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que, além do caráter social, veio para aquecer as atividades na economia.

Os resultados do Sistema de Contas Trimestrais levam em consideração apenas a produção de insumos da construção civil, deixando de incorporar o valor agregado pelas empresas de construção. Em situações anteriores, este questionamento nunca havia sido feito, pois o resultado da produção de insumos sempre era muito próximo ao do setor da construção civil. Porém, em 2009 apesar do nível de produção de insumos do setor realmente ter caído, a construção civil não reduziu suas atividades, pois existia um grande estoque de materiais no mercado. Alguns dados, como por exemplo, o aumento no número de empregos formais do setor da construção civil pode evidenciar que os resultados apresentados para o setor em 2009 não refletem a realidade. Como se pode observar na tabela a seguir, a taxa de crescimento da construção civil em 2009 com ajuste sazonal evidencia uma retomada de crescimento a partir do segundo trimestre, refutando a queda de 6,3% em 2009. De acordo com estimativas da FGV Projetos a expansão setorial de 2009 será de aproximadamente 1% quando for divulgado o Sistema de Contas Nacionais.

Taxa trimestre contra trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal - %)
 Período: Primeiro Trimestre 2008 – Quarto Trimestre 2009

Ano / Trimestre	Varição %
2008 / I	4,2
2008 / II	2,9
2008 / III	2,7
2008 / IV	(6,9)
2009 / I	(7,6)
2009 / II	3,0
2009 / III	2,9
2009 / IV	4,6

Fonte: IBGE

Em 2010, acompanhando a economia nacional, o setor retomou o crescimento e apresentou um bom resultado. Os principais indicadores de atividades apontaram todos na mesma direção: a construção não apenas recuperou o ritmo observado em 2008, mas cresceu a taxas superiores. A continuidade dos programas de incentivo e o aquecimento das atividades no Brasil ajudaram o setor a alcançar o desempenho recente. A tabela a seguir mostra os resultados do setor nos três primeiros trimestres de 2010.

Dados do setor da Construção Civil
 Período: Terceiro Trimestre 2009 – Terceiro Trimestre 2010

DESCRIÇÃO	TRIMESTRE				
	2009.III	2009.IV	2010.I	2010.II	2010.III
TAXA REAL DE CRESCIMENTO (%)					
VAB pb - CONSTRUÇÃO CIVIL					
Trim./Trim. Imediatam. Anterior Com Ajuste Sazonal	3,7	5,2	3,4	3,1	(2,3)
Trimestre/Igual Trimestre do Ano Anterior	(8,3)	2,6	15,1	16,6	9,6
Acumulada ao Longo do Ano	(9,2)	(6,3)	15,1	15,9	13,6
Acumulada nos Últimos 4 Trimestres	(6,4)	(6,3)	(0,7)	5,6	10,7
VALORES CORRENTES (em R\$ milhões)					
VAB pb - Construção Civil	36.522	37.565	36.674	41.051	43.427

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Brasil.

Contas Nacionais Trimestrais: Nova Série 2006. Banco de dados agregados - SIDRA/IBGE

Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

(...) Dado não disponível.

Como se pode observar, o setor da construção civil ganhou um papel de destaque nos últimos tempos, que não é função do acaso, pois vários fatores contribuíram para o melhor desempenho do setor. O incremento na oferta de crédito imobiliário, o aumento do emprego formal, o crescimento da renda per capita e a estabilidade macroeconômica foram alguns desses fatores.

Além disso, o desempenho do setor de construção civil, em 2010, acompanhou a tendência nacional, com taxa de crescimento de 11,6%, o melhor desempenho dos últimos 24 anos, segundo dados do PIB setorial. Até o ano de 2003, o cenário da construção civil nacional vivenciou um período de instabilidade, caracterizado pela falta de incentivo, pela tímida disponibilidade de recursos e por uma inexpressiva presença de financiamento imobiliário.

A partir de 2004, o setor começou a dar sinais de expansão, com o aumento dos investimentos em obras de infraestrutura e em unidades habitacionais, inclusive superando as taxas negativas de crescimento, em 2009, em função da crise econômica financeira internacional.

O aporte de financiamentos imobiliários em 2010, com recursos do FGTS e da poupança, foi de R\$ 83,9 bilhões. Este montante de recursos foi responsável pela contratação de aproximadamente um milhão de unidades financiadas. Os valores contratados nos financiamentos com recursos do FGTS (Habitação) tiveram, em 2010, aumento expressivo de 73%, com crescimento de 57% da quantidade de unidades adquiridas, em relação a 2009 (Tabela a seguir).

Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS e da Poupança SBPE

Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS - Habitação

Descrição	2009	2010	(B) / (A) - %
Quantidade de Operações	241.385	273.428	13,27
Valores Contratados - R\$	16.010.422.052	27.713.632.506	73,09
Número de Unidades	425.694	668.332	56,99

Financiamento Imobiliário com Recursos da Poupança- SBPE

Descrição	2009	2010	(B) / (A) - %
Valores Contratados - R\$	34.017.041.162	56.197.592.018	65,20
Número de Unidades	302.680	421.386	39,21

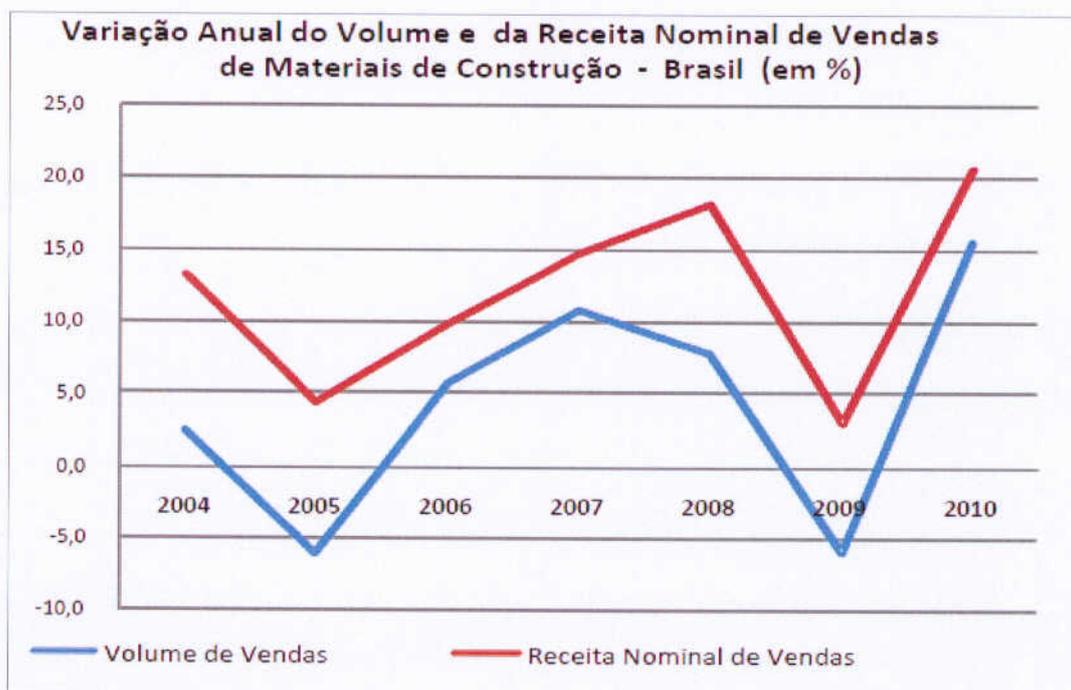
Fonte: CBIC. Posição da base 07/02/2011

O aumento dos financiamentos imobiliários por meio da Poupança SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) foi de 65% em relação ao ano anterior e o número de unidades contratadas cresceu 39%. Essa tendência verificada em 2010 de aumento expressivo de financiamentos por meio de recursos do FGTS em relação aos da Poupança SBPC ocorreu em razão de a taxa de contratação dos financiamentos crescerem em velocidade superior à da captação de depósitos, o que indica a necessidade do fortalecimento de outros mecanismos de financiamentos imobiliários.

A indústria de materiais para construção tem apresentado crescimento sustentável nos últimos cinco anos. Entre 2005 a 2009, cresceu anualmente cerca de 10%, depois de um período de estagnação de 20 anos. A partir de 2006, o governo desonerou tributos, como o IPI, aumentou o crédito, ampliou os prazos de financiamentos e avançou nos investimentos de infraestrutura.

No primeiro momento, o volume de vendas apresentou trajetória de crescimento até 2007. Depois, passou a seguir caminho inverso, com queda acentuada até 2009, consequência dos efeitos da crise mundial. No tocante à última fase, caracterizou-se

pelo processo de recuperação em 2009, após as medidas de redução do IPI para estes materiais, com aumentos de aproximadamente 15%, em 2010, resultado de novas ações do governo, por meio de uma segunda redução do IPI em 41 itens, de R\$ 48,5 bilhões em recursos contratados para financiamento e de 842.605 unidades contratadas no Programa Minha Casa, Minha Vida.



Quanto à variação do volume de receita nominal dos materiais de construção, a trajetória acompanhou a das vendas. Porém, esta recuperação da receita é superior ao melhor resultado para o período anterior à crise do que o volume de vendas (Gráfico Anterior).

O cimento, insumo básico do setor de construção, tem demonstrado tendência de crescimento nos últimos dois anos, fechando com uma expansão de 15,87% em 2010, e um consumo nacional totalizando 59.867.634 toneladas. O ritmo de expansão do consumo de cimento tem sido mais expressivo nas regiões Norte e Nordeste, registrando uma variação percentual de 28,4% e de 22,23%, respectivamente, em relação

ao ano anterior, conforme dados da Tabela a seguir. Este aquecimento pode ser explicado, em grande medida, pela instalação de novas plantas industriais nessas duas regiões, registrando um aumento da produção de cimento em mais de 2 mil toneladas/mês em 2010 em relação ao ano anterior.

**Consumo Nacional de Cimento por Região – em toneladas
 Brasil – 2009 e 2010**

Região	2009		2010 (1)		Variação (%)
	Toneladas	%	Toneladas	%	
Norte	3.316.177	6,42	4.257.906	7,11	28,40
Nordeste	10.058.984	19,47	12.295.297	20,54	22,23
Centro-Oeste	5.016.988	9,71	5.733.205	9,58	14,28
Sudeste	24.560.878	47,53	27.679.989	46,24	12,70
Sul	8.716.823	16,87	9.901.237	16,54	13,59
Total	51.669.850	100,0	59.867.634	100,0	15,87

Fonte: SNIC - Sindicato Nacional da Indústria de Cimento

A expansão do setor de construção também sinaliza o aquecimento da indústria brasileira de construção pesada, com investimentos programados para a realização das obras de infraestrutura de transportes e logística, exploração do pré-sal, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Com grandes investimentos previstos para infraestrutura na área de energia, em estádios e arenas esportivas, infraestrutura e aeroportos, em mobilidade urbana, readequação viária e saneamento, o governo e os empresários do setor sinalizam os desafios a serem enfrentados por este segmento: o enfrentamento da precária capacidade de gestão dos investimentos, a gestão empresarial deficiente nos canteiros de obras, a falta de qualificação profissional dos trabalhadores e a regulamentação ambiental.

Quanto a 2011, o setor da Construção Civil no Brasil registrou um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior e acredita-se que esse setor será "o

grande player de 2012”, segundo a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria de Construção). Vale ressaltar, que este crescimento deve-se também a entrada de investimentos de empresas multinacionais no país, que encontraram no Brasil um mercado estável, ou seja, uma oportunidade para expandir seus negócios.

Além da estabilidade do mercado nacional, o governo brasileiro adotou uma medida que beneficia a vinda de investimentos estrangeiros, reduzindo de 6% para 0% a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), para as aplicações de estrangeiros em título privados (debêntures) de longo prazo, com prazo de vencimento superior a quatro anos.

Não é exagero dizer que o Brasil é a “bola da vez”, e com a proximidade de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), isso tem se tornado cada vez mais evidente. É válido lembrar que o setor da construção civil, é um dos elementos da economia, que tem ajudado e continuará a ajudar o país a não sofrer todos os efeitos negativos da crise mundial.

As expectativas do setor de construção civil para fechamento de 2013 são otimistas no Brasil, e com a estagnação dos mercados Europeus e Norte Americanos, grandes investidores têm apostado fortemente no Brasil, gerando divisas e encontrando aqui uma forma de continuar seus investimentos e obter lucros.

3.4.1.1 Investimentos e programas na Construção Civil

A estabilização da economia, o acesso ao crédito e o crescimento da renda no Brasil foram importantes para o bom desempenho do setor da construção desde 2010. A previsão de aumento do financiamento, tanto para a área habitacional como para grandes projetos, faz com que os empresários do setor estimem crescimento em 2013-2014, acima do previsto para o PIB deste ano, que está maior de 4,5%. Além disso, muitas

atividades que estão recebendo investimentos, sejam públicos ou privados, influenciam diretamente a cadeia da construção, como a ampliação e a construção de novas fábricas, shopping/centros de compras, construção/reforma de postos de saúde, escolas, entre outras.

O lançamento do PAC 1 no início de 2007 previu investimentos de R\$ 657,4 bilhões de 2007 a 2010, mas a retomada do crescimento da construção começou em 2006, após a adoção e ampliação de diversas medidas para combater o efeito da crise.

Em 09/12/2010, o governo divulgou o balanço de quatro anos do programa, atualizando os relatórios de investimentos, nos quais concluiu que, ao fim de dezembro de 2010, o PAC deveria ter R\$ 444 bilhões em ações finalizadas (68% do investimento total).

Em termos de execução financeira, o programa atingia R\$ 619 bilhões (94% do investimento total) ao incluir recursos empenhados e que constituirão restos a pagar, que ficarão para anos vindouros. A diferença entre a execução financeira e as ações concluídas são os investimentos empenhados, que somam R\$ 175 bilhões (27%), mas os dados sobre o ritmo de execução física das obras não estavam claros. O Financiamento Habitacional para Pessoa Física apareceu com uma participação significativa: R\$ 216,9 bilhões, ou seja, 33% do investimento total do PAC.

3.4.1.2 PAC 2

Lançado em 29 março de 2010, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) tem previsão de investimentos de R\$ 955 bilhões para o período de 2011 a 2014 e R\$ 631,6 bilhões após esse intervalo de tempo, totalizando R\$ 1,59 trilhão.

Para o setor de energia está prevista a maior parte dos recursos: R\$ 1,09 trilhão a partir de 2011, dos quais R\$ 461,6 bilhões serão investidos até 2014, e R\$ 626,9 bilhões após 2014.

Os recursos serão investidos na geração e transmissão de energia, exploração e produção de petróleo e gás, investimentos em combustíveis renováveis, pesquisa mineral, produção de fertilizantes - para reduzir a dependência dos insumos importados -, entre outros.

Estão previstos ainda R\$ 278,2 bilhões para o Programa Minha Casa, Minha Vida e R\$ 109 bilhões para a área de transportes, com expansão das rodovias, dos aeroportos, da malha ferroviária, de portos e hidrovias. O Programa Cidade Melhor prevê investimentos de R\$ 57,1 bilhões em obras de saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação; R\$ 30,6 bilhões para o Programa Água e Luz para Todos, com obras de acesso à energia elétrica e água em áreas urbanas e recursos hídricos e; R\$ 23 bilhões irão para Programa Comunidade Cidadã, que inclui obras de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, creches, pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, praças e postos de polícia comunitária.

Previsão Inicial de Investimentos

Eixos	Investimentos		R\$ bilhões
	2011-2014	Pós 2014	Total
PAC Cidade Melhor	57,1	-	57,1
PAC Comunidade Cidadã	23,0	-	23,0
PAC Habitação	278,2	-	278,2
PAC Água e Luz para Todos	30,6	-	30,6
PAC Transportes	104,5	4,5	109,0
PAC Energia	461,6	626,9	1.088,5
Total	955,0	631,4	1.586,4

Fonte: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

3.4.1.3 Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV

Em março de 2009 foi lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (Lei 11.977/2009, alterada pelo MP 510/20105), com o desafio de enfrentar o déficit habitacional para famílias de baixa renda e a crise econômica que se instalava em várias partes do mundo e chegava também ao Brasil. O programa definiu recursos prevendo a construção de cerca de um milhão de moradias em 2009 e 2010 e investimentos de R\$ 34 bilhões, dos quais R\$ 25,5 bilhões oriundos da União, R\$ 7,5 bilhões, do FGTS, e R\$ 1 bilhão, do BNDES.

A segunda etapa prevê diretriz e metas físicas mais definidas e pretende dar um caráter mais perene ao programa, segundo técnicos do Ministério das Cidades.

A proposta compreende dois programas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, para famílias residentes em área urbana com renda de até 10 salários mínimos, e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, destinados às famílias de agricultores familiares e trabalhador rural não eventual. O PNHU beneficia três faixas de rendimento; de 0 a 3 salários mínimos, de 3 a 6 SM e de 6 a 10 SM, e para cada uma delas será praticado juros específicos, diferenciados entre as faixas, subsidiando mais as faixas menores.

Nos dois primeiros anos do programa foram contratados mais de um milhão de unidades, o que revela resultados muito positivos em unidades e valores contratados. As famílias com rendimento de até 3 (três) salários mínimos foram responsáveis por 65% das unidades e 45% dos valores contratados.

**Unidades contratadas por pessoas físicas e jurídicas
 Brasil - 2009 e 2010**

		2009	2010	Acumulado	Varição (%)
TOTAL	Unidades contratadas	275.528	842.605	1.118.133	205,81
	Valor contratado (bilhões de R\$)	17.105,00	48.518	65.623	183,65
Famílias de 0 a 3 SM	Unidades contratadas	166.172	460.097	626.269	176,88
	Valor contratado (bilhões de R\$)	7.775,00	20.833,00	28.608,00	167,95
Famílias de 3 a 6 SM	Unidades contratadas	85.420	272.420	357.840	218,92
	Valor contratado (bilhões de R\$)	6.771,00	19.445,00	26.216,00	187,18
Famílias de 6 a 10 SM	Unidades contratadas	23.936	110.088	134.024	359,93
	Valor contratado (bilhões de R\$)	2.559,00	8.240,00	10.799,00	222,00

Fonte: Caixa - <https://t3gov.planejamento.gov.br/>

Para a nova etapa do PAC Minha Casa Minha Vida, que vai de 2011 a 2014, a previsão preliminar de investimentos está na ordem de R\$ 278,2 bilhões, divididos em três eixos: o Programa Minha Casa, Minha Vida (produção habitacional para famílias de baixa renda), com previsão de investimentos da ordem de R\$ 71,7 bilhões o financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE (construção, aquisição de imóveis novos e usados e reforma de unidades habitacionais), com previsão de R\$ 176 bilhões em investimentos e; a Urbanização de Assentamentos Precários (melhorias habitacionais - água, esgoto, drenagem, transformação de favelas em bairros populares, entre outras), com previsão de R\$ 30 bilhões.

Para o eixo da construção para famílias de baixa renda, a meta será a de construir dois milhões de moradias, a maioria - 60% - para famílias com renda de até R\$ 1.395; 30% para as com renda de R\$ 1.395 até R\$ 2.790 e; 10% para as com renda de R\$ 2,790 até R\$ 4.650.

3.4.1.4 Copa do Mundo de 2014

A realização da Copa do Mundo no Brasil trará importantes melhorias para a população, sobretudo nas cidades-sede dos jogos, não somente nos estádios de futebol, mas também nos aeroportos, portos, rede hoteleira e transportes públicos, que serão preparados para operar com maior eficiência e rapidez. Pelo menos essa é a expectativa gerada em torno deste grande evento internacional e dos investimentos previstos para propiciar a realização dele.

Para o Brasil receber a Copa do Mundo de Futebol em 2014, será necessária a realização de obras e empreendimentos nas cidades que sediarão os jogos, com o objetivo de melhorar aspectos relacionados, entre outros, à mobilidade urbana e às instalações de estádios e arenas esportivas. As ações serão desenvolvidas por meio de parceria entre os governos federal, estaduais e municipais e envolverão também clubes de futebol.

Já estão previstos mais de R\$ 17 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 11,4 bilhões serão destinados para mobilidade urbana e R\$ 5,7 bilhões para os estádios.

3.4.2 Mercado Internacional

3.4.2.1 Perspectivas Gerais

As perspectivas de longo prazo são boas para a economia brasileira, que deve atingir níveis de crescimento elevados nos próximos anos. A tabela abaixo mostra as perspectivas de crescimento para algumas das principais economias do mundo segundo a FGV.

Perspectivas de crescimento de algumas economias mundiais

	Crescimento do PIB (% ao ano)	
	1990-2008	2008-2016
Europa	2,00%	1,60%
Grã-Bretanha	2,40%	1,50%
França	1,90%	1,40%
Portugal	1,90%	1,30%
Espanha	3,00%	1,80%
Alemanha	1,60%	1,10%
Rússia	0,30%	2,90%
NAFTA	2,90%	2,50%
EUA	2,90%	2,40%
México	3,10%	4,20%
América Central e Caribe	3,40%	3,00%
América do Sul	3,40%	4,20%
Argentina	4,00%	2,70%
Brasil	3,00%	5,00%
Chile	5,40%	3,90%
Venezuela	3,10%	3,10%
Ásia e Oceania	3,80%	3,90%
Japão	1,30%	0,60%
China	10,30%	7,80%
Coreia	5,40%	3,70%
Índia	6,10%	4,70%
Austrália	3,40%	3,10%
África Subsaariana	3,00%	3,40%
Oriente Médio e Norte da África	4,30%	2,50%
Mundo	2,80%	2,70%

Fonte FGV

De acordo com as classificações da tabela acima, a América do Sul foi o segundo bloco que mais cresceu no período de 1990 a 2008, ficando atrás apenas da Ásia e Oceania.

No período de 2008 a 2016 estima-se que a América do Sul tome o posto de protagonista do crescimento mundial, e que o Brasil seja o carro chefe desta

empreitada. Estas expectativas de crescimento se devem muito ao fato da realização dos eventos esportivos no país em 2014 e 2016. Os gastos estimados pela ABRAMAT para os dois eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) mostram a necessidade de investimentos adicionais no país de R\$ 59,5 bilhões nos próximos oito anos. Esses recursos deverão ser direcionados para a construção e reforma dos estádios, reformas e ampliação dos aeroportos, desenvolvimento de sistema de transporte de acesso aos eventos, ampliação da rede hoteleira do país e outros serviços como treinamento e segurança do evento. O gráfico a seguir é uma perspectiva da ABRAMAT de como estes investimentos vão se alocar na linha do tempo.



Segundo a ABRAMAT, espera-se um grande incremento nas atividades do setor da construção em infraestrutura e outras atividades ligadas aos eventos esportivos. Mas não se pode esquecer-se da questão habitacional, que mesmo com toda a euforia da Copa do Mundo e Olimpíadas ainda será o grande percussor das atividades na construção civil.

Segundo as projeções, a população brasileira deve aumentar no período de 2009 a 2016 e, conseqüentemente, haverá formação de novas famílias. A tabela abaixo da ABRAMAT mostra as tendências de aumento da população e formação de famílias, e o conseqüente aumento na demanda por habitações.

Perspectivas populacionais e demanda de moradias
 Período: 2008 - 2016

	2008	2016	(%) ao ano
População (milhões)	190	209,3	1,20%
Famílias (milhões)	61	74,1	2,50%
Pessoas por família	3,11	2,82	-1,20%
Moradias (milhões)	57,7	71,4	2,70%
Pessoas por moradia	3,29	2,93	-1,40%

Fonte: ABRAMAT – Cenário Macroeconômico 2009 - 2016

Observa-se a cada ano a tendência das famílias formadas serem menores e isso já é uma realidade no Brasil há alguns anos. Porém, a questão das famílias serem menores não afeta a demanda por moradias, pois isso não vai incentivar a coabitação de famílias na mesma moradia. A ABRAMAT projetou que no período de 2009 a 2016 haverá uma demanda de 13,7 milhões de novas habitações. A entidade chama a atenção para o fato de que o estudo levou em consideração a continuidade de uma política habitacional mais agressiva por parte dos governos nos próximos anos. Como já foi observado neste estudo, o Ministério das Cidades projetou uma demanda de 24,7 novas moradias no período de 2007 a 2023, excluindo o passivo de moradias já existente. Isso demonstra o otimismo em relação à demanda de novas unidades habitacionais no Brasil.

Segundo a ABRAMAT, entre 2009 e 2016, a participação do investimento habitacional em relação às duas últimas décadas crescerá significativamente, e isso trará

consequências positivas para a qualidade de vida da população e para o recuo do déficit habitacional. A média do investimento habitacional que foi de 3,2% do PIB no período 1988-2008 passará para 6,3% na média do período de 2009 a 2016. Isso significará um investimento habitacional anual médio de R\$ 227 bilhões, sendo R\$ 147,8 bilhões em novas moradias e R\$ 79,4 bilhões em reposição de estoque.

Mas como já foram alertadas, todas estas previsões leva em consideração a continuidade da política habitacional que o governo federal tem adotado nos últimos anos. Essa questão não beneficia apenas o setor da construção civil, mas sim a sociedade em geral. O combate ao passivo de moradias do Brasil gera muitos efeitos positivos para a sociedade. O problema do déficit habitacional já é por natureza uma grande mazela social, porém a falta de moradias ainda pode gerar outras externalidades. A falta de convivência familiar é uma dessas possíveis consequências, em pode-se apontar como os maiores prejudicados, as crianças que acabam, em muitos casos, tendo pouco contato com seus responsáveis prejudicando sua formação como cidadão. Com isso, a probabilidade destes jovens se envolverem com o crime ou enfrentar problemas com drogas aumenta. Outra consequência da falta de moradia fixa é a redução no nível de educacional destas pessoas, que acabam por não terem condições de se dedicar aos estudos, e consequentemente prejudica a obtenção de um emprego no futuro.

O setor da construção civil tem indicativos para ser um dos carros chefe neste novo ciclo de desenvolvimento do país. O Brasil tem pela frente dois grandes desafios que é a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o que reforça o destaque para a formação de uma boa infraestrutura para suportar eventos deste porte.

Quanto à questão das habitações, observou-se ainda que o aumento da oferta de crédito foi extremamente benéfico do ponto de vista econômico e também do

social. O Brasil melhorou na concessão de crédito imobiliário de 2004 em diante, porém ainda há muito que ser feito para que o setor da construção civil possa continuar crescendo e contribuindo cada vez mais com a economia brasileira e no combate ao déficit habitacional, ou seja, no seu próprio desenvolvimento sustentável, cumprindo seu papel de um setor estratégico do ponto de vista socioeconômico.

3.4.3 Mercado Nacional

A intenção da indústria de materiais de construção de investir cresceu, de acordo com a pesquisa Termômetro Abramat, divulgada pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). O levantamento de dezembro mostrou que 74% dos empresários consultados disseram que pretendem investir nos próximos 12 meses. Percentual superior, portanto, aos 62% verificados em novembro.

O resultado de novembro havia sido o pior desde junho de 2012, quando 61% dos empresários manifestaram pretensão de investir. "A melhora na intenção de investimentos está associada à expectativa positiva para o segmento de infraestrutura no próximo ano", disse o presidente da Abramat, Walter Cover, em nota divulgada pela Associação.

A pesquisa da Abramat mostrou também que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de materiais de construção se manteve em 82% em dezembro, patamar igual ao de novembro e a igual mês de 2012.

Dentre os empresários consultados, no entanto, 19% disseram ter uma expectativa otimista em relação aos incentivos por parte do governo. Em novembro, esse percentual chegou a 20% e em dezembro de 2012, estava em 36%.

Quanto às vendas para o mercado interno em janeiro, 43% esperam resultados bons, 43% acreditam em uma situação regular, e 14%, em resultados ruins ou muito ruins.

3.5 Análise de Mercado

Enquanto o mundo teme os efeitos das crises internacionais, o setor de construção civil brasileiro faz projeções otimistas para os próximos anos, sendo impulsionado pelas facilidades de obtenção de crédito e de financiamento, viabilizadas por iniciativas governamentais de incentivo, como o programa Minha Casa, Minha Vida e o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento habitacional, das obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Pelo sétimo ano seguido, o investimento do Governo Federal e das estatais federais cresceu, representando, em 2010, 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, cerca de R\$ 124,18 bilhões. O maior investimento no setor veio do PAC que, ao fim de 2010, havia investido R\$ 444 bilhões em ações e projetos de infraestrutura em todo o Brasil. O valor corresponde a 82% do total previsto para o período.

O setor apresenta números significativamente positivos desde 2004. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), durante o ano de 2010, a cadeia produtiva da construção civil no Brasil passou a representar 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Os grandes eventos desportivos, Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíada de 2016, tem atraído para o Brasil um grande fluxo de recursos. Estima-se que só com a Copa deste ano, a economia do País terá um incremento de R\$ 183 bilhões, até 2019.

Merece destaque a participação da construção civil na absorção destes investimentos. Além dos estádios e demais instalações para os jogos, também são elevados os montantes investidos em infraestrutura de transporte, saneamento, entre outros, somando um montante de R\$ 33 bilhões.

Os efeitos multiplicadores desses investimentos, tanto direta como indiretamente, tem o potencial de alavancar a participação da MPEs na economia do País, principalmente nas regiões próximas às cidades-sede onde ocorrerão as competições. Um dos mercados que estão passando por grande crescimento é o da indústria de matérias-primas da construção civil.

3.5.1 Tendências e Projeções

O GRUPO FRAS está posicionado em um dos setores de maior expansão atualmente. Com os recentes incentivos governamentais e a alta demanda atualmente existente em face do elevado *déficit* em moradias em todo o País, este mercado possui como premissa o crescimento acelerado. O setor de construção civil demanda grande crescimento, inclusive perante os demais setores da economia nacional. Neste sentido a Empresa busca com estas ações de reestruturação ampliar seu espaço no mercado imobiliário não só na região, mas em todo o estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO IV

4 O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

4.1 Reestruturação Fabril

Após o pedido de recuperação judicial, o GRUPO FRAS através de sua Diretoria, desenvolveu um plano de reestruturação econômico, financeiro e operacional visando à lucratividade necessária para permitir a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua atividade no médio e longo prazo, o que depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, da melhoria de sua capacidade de geração de caixa. As medidas identificadas no Plano de Reestruturação estão incorporadas em um planejamento para o período de 15 (quinze) anos, fundamentados em decisões estratégicas em diversos setores da empresa.

No setor produtivo a reestruturação será executada principalmente pela gerência da fábrica, resumindo as ações em andamento e futuras, incluindo o setor de suprimentos. A definição da estratégia de produção industrial considerou a seguinte política fabril, que se desdobrou em diversas ações que logo a seguir estão descritas:

- Potencializar a geração de resultados através do imediato ajuste na capacidade fabril para a atual demanda de pedidos, reavaliar os custos de todos os produtos e revisar todos os processos e custos relacionados;
- Adequação da força de trabalho para a nova capacidade instalada, podendo lançar mão inclusive de acordo para redução de jornada de trabalho, banco de horas e plano de demissão voluntária;
- Planejamento acurado da produção objetivando a eliminação de desperdícios de tempos, horas extras, materiais e embalagens;

- Reavaliação de todos os itens produzidos atualmente, dos custos e margens para, segundo resultado da avaliação, permanecer em produção; ter seu preço reajustado, ou então, ser descontinuado;
- Negociação intensiva junto aos fornecedores de matéria-prima e insumos objetivando níveis ótimos de preços e alta competitividade no mercado;
- Reavaliação da sistemática de custeio e dos valores vigentes dos processos, visando a adequada distribuição entre os departamentos, itens e processos.

Com a força que urgem as ações nestes momentos, resultados importantes já foram alcançados nos itens acima, motivando para a continuidade dos esforços não apenas a estrutura fabril, mas também os outros departamentos da empresa.

4.2 Reestruturação Mercadológica

No setor econômico, a reestruturação dar-se-á integralmente a área comercial, recompilando à política de vendas às margens/rentabilidade e recompondo o mapa de formação dos preços dos produtos. A implantação da pesquisa de satisfação do cliente para uso na identificação e correção de eventuais problemas nos produtos e serviços será uma das ferramentas utilizadas para pautar as ações de melhorias nos setores.

A busca por novos clientes será fortalecida para obtenção de melhores resultados, aliado ao planejamento de investimentos na ampliação da atividade conforme premissas do plano de desenvolvimento econômico/financeiro da empresa.

Toda essa reestruturação comercial do GRUPO FRAS não deixa de contemplar a avaliação do público alvo e o posicionamento da marca perante cada produto oferecido em cada região.

A fixação de metas, associada ao plano orçamentário e ponto de equilíbrio já estão em fase de implantação, algumas com resultados já obtidos.

4.3 Reestruturação Administrativa e Financeira

Várias ações já foram tomadas visando uma transformação da cultura na gestão administrativa e financeira da empresa.

Dentre as várias ações saneadoras já efetivadas e em curso encontram-se a reorganização do seu quadro funcional, otimização e redução de despesas na área operacional e administrativa, e para efetiva superação dessa crise, surge a necessidade da Recuperação Judicial, apresentando-se como um ponto de inversão dessa tendência negativa, com o fito de ajustar seu caixa, buscando o equilíbrio financeiro exigido para completa quitação de todos os seus débitos.

No setor administrativo a reestruturação inicia no programa de redução de despesas fixas, evitando gastos desnecessários, desperdícios e ações sem planejamento. O fortalecimento da política de recursos humanos é outro ponto importante, que contemplará plano de carreira baseado em resultado, melhorias no processo de seleção, treinamento e valorização social e profissional dos colaboradores internos, reduzindo o turn-over e por consequência dos custos de pessoal.

A formação de novas diretrizes de administração dará o suporte à área comercial através de análise de novidades e oportunidades do mercado. Essas novas

diretrizes serão complementadas pela reorganização do organograma da empresa para que todas as premissas possam ser cumpridas.

No setor financeiro, imediatamente será implantado o Plano Orçamentário com revisões periódicas trimestrais, suportado por relatórios gerenciais para análise de resultados econômico e financeiro. O FCP (Fluxo de Caixa Projetado) já está implementado e estará aliado a consolidação das informações das contas a receber, contas a pagar e tesouraria no boletim de caixa diário realizado. O ajuste do plano de contas e o sistema de custeio por centro de custos fornecerá informações com base sustentável a todas as decisões estratégicas, também com sua implantação já iniciada.

Ainda, com o objetivo de melhorar o resultado líquido, a empresa busca entre os vários parceiros financeiros as melhores taxas para as operações, garantindo assim o capital de giro na medida necessária e menor custo possível.

Fundamentada no artigo 50 da Lei 11.101/2005 a Empresa busca, dentre outros, os meios:

- **“CONCESSÃO DE PRAZOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES VENCIDAS OU VINCENDAS”⁴;**
- **“EQUALIZAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS RELATIVOS A DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA, TENDO COMO TERMO INICIAL A DATA DA DISTRIBUIÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL”⁵.**

⁴ Art. 50, inciso I – Lei 11.101/2005

⁵ Art. 50, inciso XII – Lei 11.101/2005

Além disso, durante o processo de reestruturação e da Recuperação Judicial a Empresa poderá lançar mão de quaisquer meios de recuperação propostos pelo legislador no art. 50 da LRE⁶, dentre outros elencamos alguns:

- **II – cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;**
- **VI – aumento de capital social;**
- **VII – trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;**
- **IX – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;**
- **XI – venda parcial dos bens;**
- **XV – emissão de valores mobiliários;**
- **XVI – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.**

⁶ Lei de Recuperação de Empresas

CAPÍTULO V

5 ESTUDO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1 Projeções

5.1.1 Premissas

Após o minucioso levantamento de informações de projeção de vendas, custos e orçamentos de departamentos foi traçado o cenário mais provável de resultados, que demonstra claramente que a empresa tem viabilidade econômica para honrar seus compromissos conforme discrimina este Plano.

As seguintes premissas foram adotadas na projeção de resultado econômico-financeiro:

- Foi utilizado o Sistema Tributário Normal com apuração de Lucro Real sendo consideradas assim, as respectivas alíquotas de cada imposto incidente para as projeções de resultados. Este Sistema Tributário é o adotado pela empresa no momento da elaboração deste Plano de Recuperação;
- Os custos dos produtos distribuídos foram projetados com base nos atuais custos líquidos de todos os impostos creditáveis. Este grupo de custos varia em crescimento proporcionalmente ao crescimento da receita;
- As despesas operacionais foram projetadas de acordo com as atuais despesas líquidas de todos os impostos creditáveis. Estas Despesas projetadas terão um pequeno aumento no decorrer dos períodos, pois mesmo sendo fixas por característica, na realidade, o aumento no volume de vendas demandará alguns aumentos para comportar o novo

nível de atividade, porém, tais custos já consideram as reduções ocorridas a partir das medidas adotadas e previstas no Plano de Recuperação, além disso, o efeito de alavancagem pela escala é favorável, resultando em um EBITDA médio de cerca de 8% a.a;

- Outra premissa é que os valores de depreciação inclusos na projeção serão parcialmente reinvestidos como forma de manutenção da atual capacidade instalada, com as diferenças sendo utilizadas para recomposição do caixa da empresa a cada ano;
- A sobra de caixa projetada em cada ano da projeção será destinada para o pagamento do passivo não sujeito aos efeitos da presente Recuperação Judicial, para recomposição do capital de giro próprio e também para os investimentos necessários para o atendimento da demanda projetada;
- A projeção não contempla efeitos inflacionários. A premissa adotada é de que todo efeito inflacionário será repassado ao preço dos serviços projetado quando ocorrerem, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante;
- O ano 1 (um) da projeção considera os 12 (doze) meses subsequentes a data da publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial e consequente concessão da recuperação da Empresa;
- Todas as projeções foram feitas em um cenário bastante conservador.

O crescimento do faturamento líquido ao longo dos 15 (quinze) anos espelha a realização dos projetos em andamento, as novas oportunidades disponíveis e a

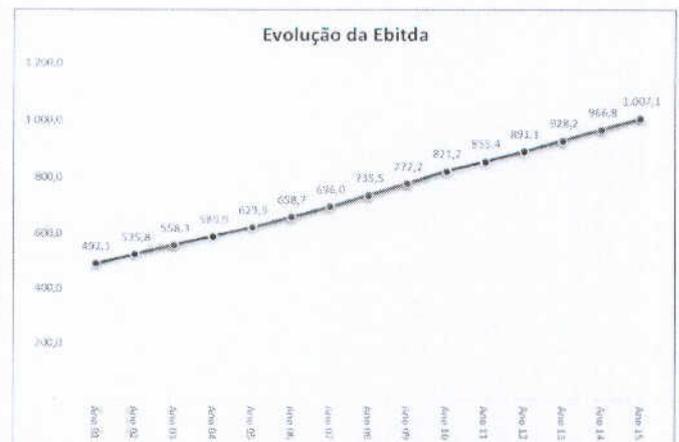
retomada dos negócios prejudicados pela crise financeira e pela superação da mesma. Utilizou-se a taxa de crescimento médio de 6% (seis por cento) ao ano, muito aquém do crescimento que o mercado de lácteos espera para a próxima década.

5.1.2 DRE Projetada Consolidada

DRE Projetada Consolidada

Demonstração de Resultado	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	Ano 06	Ano 07	Ano 08	Ano 09	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15
Receita Bruta	2.640,0 (262,2)	2.798,1 (277,9)	2.966,0 (294,5)	3.129,2 (310,7)	3.301,3 (327,8)	3.482,8 (345,8)	3.674,4 (364,9)	3.876,5 (384,9)	4.089,7 (406,1)	4.314,6 (428,4)	4.487,2 (445,6)	4.666,7 (463,4)	4.853,4 (481,9)	5.047,5 (501,2)	5.249,4 (521,3)
Deduções															
Receita Líquida	2.377,8 (1.086,9)	2.520,3 (1.152,0)	2.671,5 (1.221,1)	2.818,4 (1.288,3)	2.973,4 (1.359,1)	3.137,0 (1.433,9)	3.309,5 (1.512,7)	3.491,5 (1.595,9)	3.683,6 (1.683,7)	3.886,2 (1.776,3)	4.041,6 (1.847,4)	4.203,3 (1.921,3)	4.371,4 (1.998,1)	4.546,3 (2.078,1)	4.728,1 (2.161,2)
CPV															
Resultado Bruto	1.291,0 (798,9)	1.368,3 (842,5)	1.450,4 (892,1)	1.530,2 (940,3)	1.614,3 (991,0)	1.703,1 (1.044,4)	1.796,8 (1.100,7)	1.895,6 (1.160,1)	1.999,9 (1.222,7)	2.109,8 (1.288,6)	2.194,2 (1.338,8)	2.282,0 (1.391,0)	2.373,3 (1.445,1)	2.468,2 (1.501,4)	2.567,0 (1.559,9)
Despesas Operacionais	(607,2) (191,7)	(640,4) (202,1)	(678,1) (214,0)	(714,7) (225,6)	(753,2) (237,8)	(793,8) (250,6)	(836,7) (264,1)	(881,8) (278,3)	(929,3) (293,3)	(979,5) (309,2)	(1.017,6) (321,2)	(1.057,2) (333,7)	(1.098,4) (346,7)	(1.141,2) (360,2)	(1.185,6) (374,2)
EBITDA	492,1 (105,3)	525,8 (111,6)	558,3 (118,0)	589,9 (124,5)	623,3 (131,1)	658,7 (138,3)	696,0 (145,9)	735,5 (153,9)	777,2 (162,4)	821,2 (169,6)	855,4 (176,3)	891,1 (183,4)	928,2 (190,7)	966,8 (198,4)	1.007,1 (206,3)
Despesas Financeiras															
Resultado Antes do IR/CSLL	386,8 (106,4)	414,2 (113,9)	440,2 (121,1)	465,4 (128,0)	492,3 (135,4)	520,4 (143,1)	550,2 (151,3)	581,6 (159,9)	614,8 (169,1)	651,7 (179,2)	679,1 (186,7)	707,7 (194,6)	737,4 (202,8)	768,5 (211,3)	800,8 (220,2)
IRPJ e CSLL															
ROL	280,4 (65,3)	300,3 (66,4)	319,1 (67,6)	337,4 (68,7)	356,9 (69,9)	377,3 (71,1)	398,9 (72,3)	421,6 (73,5)	445,7 (74,8)	472,4 (76,0)	492,3 (77,3)	513,0 (78,6)	534,6 (80,0)	557,1 (81,3)	580,6 (82,7)
Depreciação															
(-) Pagamentos Classe I	(1,4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Pagamentos Classe II e Classe III	-	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)	(64,2)
Investimentos	-	(32,8)	(40,0)	(35,0)	(35,7)	(40,0)	(35,0)	(35,7)	(40,0)	(35,0)	(35,7)	(40,0)	(35,0)	(35,7)	(40,0)
Saldo Inicial de Caixa Isolado	213,7 (211,5)	136,9 (134,1)	147,4 (150,4)	169,5 (171,2)	187,2 (186,6)	202,1 (198,0)	227,4 (222,9)	248,3 (243,4)	266,8 (269,5)	297,3 (300,2)	315,2 (318,3)	330,3 (320,3)	355,5 (362,6)	376,0 (372,2)	393,7 (389,8)
Reversão/Recomposição Dep.															
(=) Saldo Final de Caixa Acumulado	2,1 10,62%	4,9 10,73%	1,9 10,76%	0,2 10,78%	0,8 10,81%	4,8 10,83%	9,4 10,86%	14,3 10,88%	11,7 10,90%	8,7 10,95%	5,6 10,97%	15,5 10,99%	8,4 11,02%	12,1 11,04%	16,1 11,06%
Percentual de Lucro Líquido															

Valores expressos em dezenas de milhares de Reais (R\$ x 10 mil)



5.1.3 Análise da Viabilidade Econômica

Com base nos resultados projetados é possível destacar que a Empresa possui plenas condições de liquidação de suas dívidas constantes no Plano de Recuperação Judicial proposto, com o desígnio de manter e ampliar a atividade operacional durante e após o período de recuperação.

Este Plano de Recuperação Judicial estabelece os meios pelos quais o GRUPO FRAS reverterá à atual situação em que se encontra, observando os seguintes pontos:

- O aumento da atividade operacional da Empresa é muito favorável em razão de ser possível reduzir as despesas fixas ao longo dos anos, desta forma o lucro líquido projetado parte de 10,62% da Receita Bruta projetada, atingindo 11,06% ao final do ano 15 (quinze), o que perfaz uma média de 10,88% ao ano;
- Considerando o desembolso com o pagamento dos credores, a recomposição de capital de giro próprio e os investimentos necessários para a atividade das Empresas conforme projeção de resultados, o saldo de caixa final médio é de 0,19% perante a projeção de Receita Bruta no período projetado, mostrando que

praticamente a totalidade do lucro será destinada ao pagamento dos credores;

- A geração de caixa durante esse período é suficiente para a liquidação das dívidas, bem como, para a manutenção das atividades operacionais e seus novos compromissos a serem assumidos, os créditos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial e os investimentos necessários;
- As ações de melhoria apresentadas nesse plano, das quais, boa parte já estão sendo implementadas, e o comprometimento dos proprietários e da equipe de colaboradores com os objetivos traçados são fatores altamente positivos e que tendem a garantir o sucesso do plano apresentado;
- As projeções mercadológicas realizadas por órgãos vinculados ao segmento/atividade da Empresa para os próximos anos indicam favorável e constante elevação na demanda.

Com o pressuposto já explicito acima, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista financeiro, percebemos a viabilidade do negócio.

Diante dos cenários apresentados, a empresa poderá, em qualquer tempo, descontinuar algum dos seus negócios por conta da análise econômico-financeira da referida atividade, pois a Empresa entende que para completa superação da atual crise, deverá manter apenas as atividades que lhe permitem um melhor resultado.

Em contraponto ao explicitado acima, a Empresa poderá realizar a abertura de filiais, seja de característica industrial ou comercial, buscando sempre, agregar valor ao negócio como um todo e aumentar a capilaridade de mercado com a marca.

CAPÍTULO VI

6 PAGAMENTO AOS CREDORES

6.1 Premissas

A proposta para pagamento dos credores está a seguir apresentada, e é compatível com o projeto de longo prazo, geração de caixa para pagamento das dívidas e investimentos mínimos para a sustentação do negócio, portanto assumidas como obrigação, tanto nos valores como nos prazos oferecidos.

O prazo para pagamento estimado é de 15 (quinze) anos, contados a partir da publicação da homologação da decisão da aprovação do Plano de Recuperação Judicial, e a consequente homologação da Recuperação Judicial. Os pagamentos estão evidenciados com valores nominais sem atualização monetária mencionada neste. Esta atualização (Capítulo VI, item 6.3) será calculada no momento do pagamento de cada parcela conforme disposto. As projeções foram realizadas levando em consideração este cenário de atualização, com margem de segurança e de forma conservadora.

Ressalta-se que caso haja exclusão de algum credor, da relação de credores apresentada pelo GRUPO FRAS no processo de Recuperação Judicial, e sendo este crédito exigível fora do processo de recuperação judicial, o valor reservado para o pagamento deste credor, neste plano, será mantido para seu pagamento, fora do processo de Recuperação Judicial, uma vez que nas projeções já foram considerados os pagamentos dos créditos em questão, mantendo assim o objetivo de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do GRUPO FRAS.

Para tanto, a proposta é condizente com este cenário, validada pelas projeções econômico-financeiras e pela demonstração da viabilidade econômica. Os

credores arrolados para os pagamentos projetados estão divididos em três grupos: *Credores Trabalhistas (Classe I)*, *Credores com Garantia Real (Classe II)* e *Credores Quirografários (Classe III)*.

6.2 Proposta de Pagamento

6.2.1 Credores Classe I – Trabalhista

Aos credores desta classe, consoante ao artigo 54 da Lei 11.101/2005, o GRUPO FRAS efetuará pagamento integral dos créditos até o 12º (décimo segundo) mês após a data de publicação da homologação da decisão de aprovação do Plano de Recuperação Judicial e a consequente homologação da Recuperação Judicial da Empresa.

6.2.2 Credores Classe II – Com Garantia Real e Classe III - Quirografários

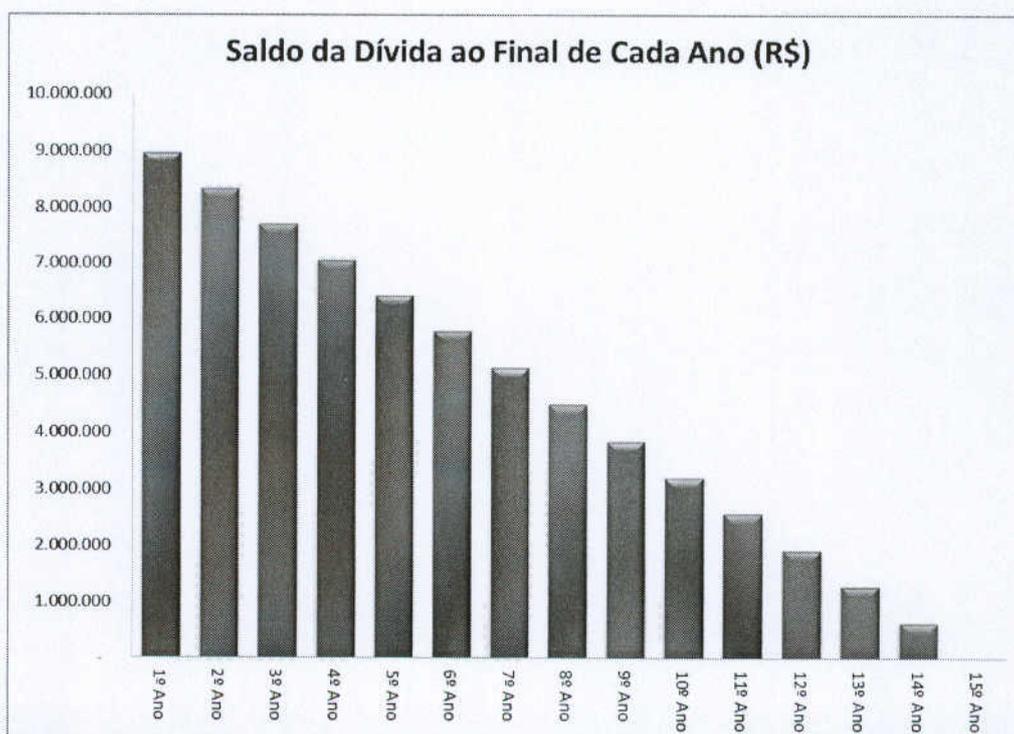
Para os credores pertencentes a estas duas classes, o Plano prevê a unificação dos créditos e uma remissão parcial do saldo existente em 60% (sessenta por cento) no montante total dos débitos homologados no Quadro Geral de Credores, resultando na liquidação de todos os seus débitos apresentados nos 15 (quinze) anos previstos.

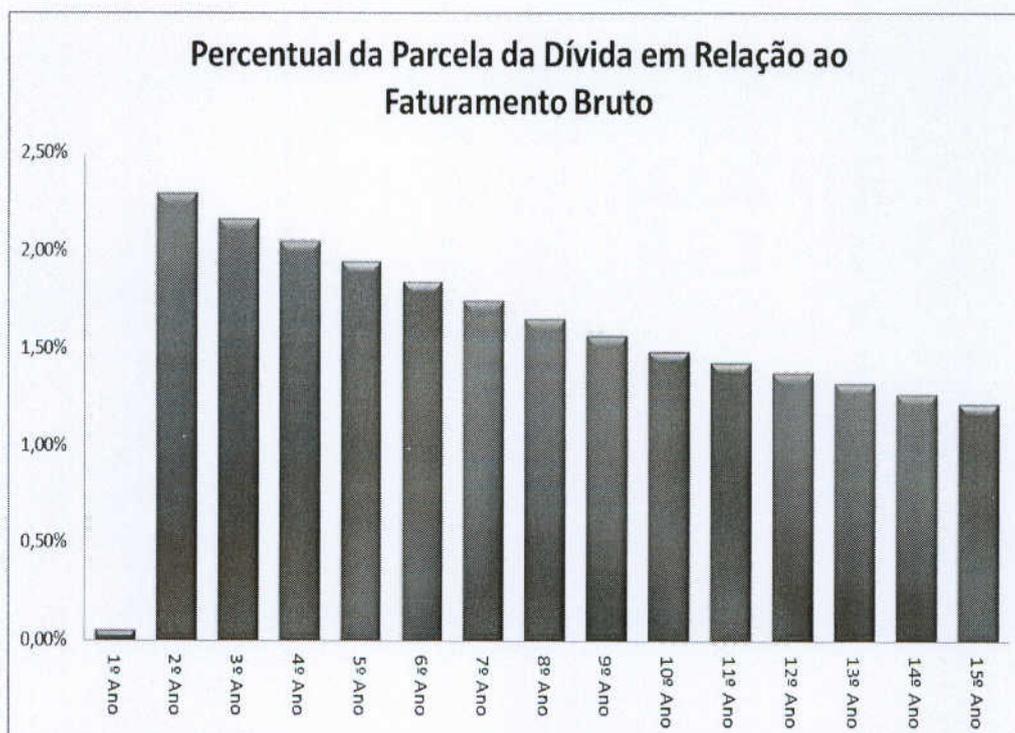
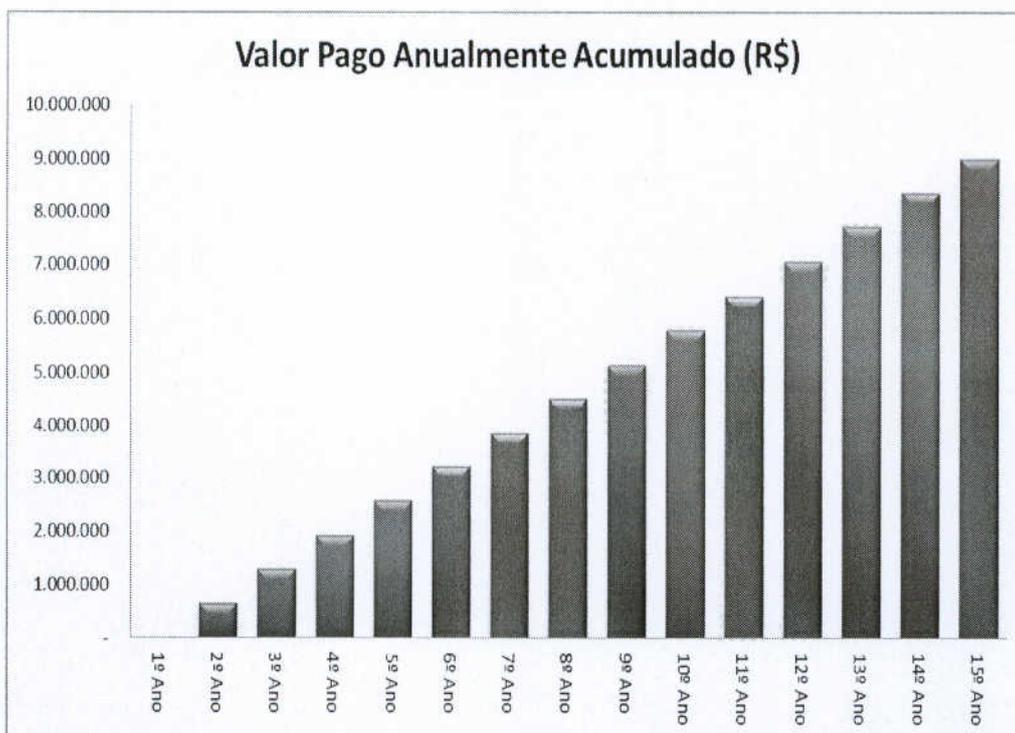
O pagamento destinado aos credores pertencentes à classe acima será realizado anualmente, e a parcela terá o valor fixado, deixando claro que a empresa, acima de tudo, acredita na sua superação e reversão da atual situação de crise. Ainda, o valor destinado será rateado proporcionalmente ao valor do crédito de cada credor. O primeiro pagamento será realizado em até 12 (doze) meses após o encerramento do pagamento dos Credores da Classe I (Trabalhista), conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do Saldo da Dívida e Pagamento (R\$)

Ano	Valor Destinado ao Pagamento dos Credores	Valor de Pagamento Acumulado	Saldo da Dívida ao Final de Cada Ano
1º Ano	13.880	13.880	8.981.815
2º Ano	641.558	655.438	8.340.256
3º Ano	641.558	1.296.996	7.698.698
4º Ano	641.558	1.938.555	7.057.140
5º Ano	641.558	2.580.113	6.415.582
6º Ano	641.558	3.221.671	5.774.024
7º Ano	641.558	3.863.229	5.132.465
8º Ano	641.558	4.504.787	4.490.907
9º Ano	641.558	5.146.345	3.849.349
10º Ano	641.558	5.787.904	3.207.791
11º Ano	641.558	6.429.462	2.566.233
12º Ano	641.558	7.071.020	1.924.675
13º Ano	641.558	7.712.578	1.283.116
14º Ano	641.558	8.354.136	641.558
15º Ano	641.558	8.995.695	-

Valores em Reais (R\$)





Os pagamentos, já demonstrados, estão evidenciados com valores nominais, sem atualização monetária mencionada neste. Esta atualização está apresentada pormenorizada no Capítulo VI item 6.3 deste documento, e será utilizada no momento do pagamento de cada parcela conforme disposto.

Na hipótese de haver inclusão de algum credor trabalhista ao longo do período de 15 (quinze) anos, o montante projetado reservado ao pagamento da dívida será destinado prioritariamente a estes novos credores, sendo pagos sempre 12 (doze) meses após inscrição da dívida no Processo de Recuperação Judicial.

A Recuperanda efetuará o pagamento referente ao ano 3 (três) após o devido cumprimento dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/2005.

Os pagamentos serão anualmente, sendo que a forma que ocorrerá será definida após publicação da homologação da decisão de aprovação do Plano de Recuperação Judicial, e a consequente homologação da Recuperação Judicial do GRUPO FRAS, sendo comunicado a todos os credores.

6.3 Atualização Monetária dos Créditos

A atualização monetária dos valores contidos no Quadro Geral de Credores homologado consoante com o art. 18 da Lei 11.101/2005 do processo de Recuperação Judicial do GRUPO FRAS será realizada de acordo com a variação do índice da Taxa Referencial, criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, e definida pelo Governo Federal como indexadora dos contratos com prazo ou período de repactuação igual ou superior a três meses.

A primeira atualização monetária sobre o saldo do Quadro Geral de Credores homologado será realizada 30 dias após a publicação da homologação mencionada e ocorrerá considerando a variação do índice indexador proposto nos últimos 12 meses antecedentes a data de atualização monetária e assim sucessivamente a cada novo período de 12 meses.

CAPÍTULO VII

7 DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 Outras Formas de Amortizações Possíveis

Ocorrendo algum dos meios de recuperação previstos no Art. 50 da Lei 11.101/2005 que resultem em um evento de liquidez não previsto nas projeções apresentadas a administração do GRUPO FRAS poderá destinar estes recursos em sua totalidade ou em parte aos Credores como forma de antecipar a amortização dos saldos dos créditos sujeitos a presente Recuperação Judicial. Caso isto ocorra será convocada uma assembleia específica de credores com a publicação ocorrendo no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, onde neste ato será informado pormenorizado o objetivo do GRUPO FRAS.

7.2 Exclusão das Restrições Cadastrais

Consoante a Lei nº 9492/1997 (Lei do Protesto), os documentos de dívida mercantil ou de serviços que comprovem o compromisso entre o credor e o devedor, em casos de não pagamento, possuem legalmente assegurado o processo de Protesto Público, formal e solene. Isso para que fique caracterizado o descumprimento pelo devedor e comprovado por um Órgão de Autoridade e Fé Pública, com respaldo na legislação, que dá legitimidade ao protesto e autoridade a seus efeitos. A lei regulamenta um instrumento para evitar a impunidade e atitudes de má-fé, restaurando a moralidade e seriedade em qualquer transação comercial.

O GRUPO FRAS requereu o benefício legal da Recuperação Judicial de forma a garantir a manutenção das fontes produtoras, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, suas funções

sociais e o estímulo à atividade econômica, e apresenta em juízo aos Credores o Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento, que por sua vez, após aprovado em Assembleia Geral de Credores, constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Além disso, o artigo 59 da Lei 11.101/2005 determina que a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelos Credores implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei (concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas).

Uma vez aprovado o Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento, com a novação de todos os créditos anteriores ao pedido e ao plano sujeitos, e com a constituição do título executivo judicial pela decisão judicial que conceder a recuperação judicial do GRUPO FRAS, ficam desde já obrigados todos os Credores a ele sujeitos a cancelarem os protestos efetuados - por ordem Judicial após a presente aprovação do Plano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação de multa diária a ser fixada pelo Juízo - em nome da RECUPERANDA, seus sócios, garantidores e avais, referente às dívidas sujeitas aos efeitos da presente Recuperação Judicial, bem como os lançamentos nos órgãos de restrição ao crédito, principalmente no SERASA (REFIN, PEFIN e PROTESTOS) e SPC, pelo fato de não mais existir dívida mercantil ou de serviços não-pagas, enquanto o plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido em seus termos aprovado.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente os Credores que mantiverem os protestos

vigentes e apontamentos mencionados no parágrafo anterior enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido.

7.3 Considerações

O Plano de Recuperação Judicial proposto atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei nº. 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 - "Lei de Recuperação de Empresas"), garantindo os meios necessários para a recuperação econômico-financeira do GRUPO FRAS.

Neste sentido foram apresentados diferentes meios para a Recuperação Judicial da Empresa no Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento.

Salienta-se ainda que o Plano de Recuperação Judicial apresentado demonstra a viabilidade econômico-financeira através de diferentes projeções, desde que as condições propostas para o pagamento aos credores sejam aceitas. Importante ainda destacar que um dos expedientes recuperatórios ao teor do artigo 50 da referida Lei de Recuperação de Empresas, é a "reorganização administrativa", medida que foi iniciada e encontra-se em plena implementação.

Portanto, com as projeções para os próximos anos favoráveis ao mercado onde a empresa atua aliado ao grande know-how nas atividades desenvolvidas pela Empresa, combinado ao conjunto de medidas ora proposto neste Plano de Recuperação Judicial, fica demonstrado à efetiva possibilidade da continuidade dos negócios com a manutenção e ampliação na geração de novos empregos, além do pagamento dos débitos vencidos.

É inerente a qualquer empresa, mas especialmente para o GRUPO FRAS, manter sua competitividade, e isso, será alcançado no momento em que tiver a

possibilidade e necessidade de renovação dos ativos existentes, a fim de manter a infraestrutura operacional adequada, que trará benefícios a todos os credores.

Sendo assim, após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a venda/alienação de quaisquer veículos, equipamentos, imóveis e instalações da empresa fica desde já autorizada pelos Credores, para que seja realizada esta renovação mencionada e necessária ao próprio negócio.

Os recursos que porventura forem obtidos com as referidas vendas e que não forem utilizados para esta renovação serão destinados à recomposição do capital de giro do GRUPO FRAS com intuito de reduzir o custo financeiro, os quais serão devidamente registrados em seus demonstrativos contábeis.

7.4 Esclarecimentos

Deve-se notar que o estudo da viabilidade econômico-financeira se fundamentou na análise dos resultados projetados para o GRUPO FRAS, e contém estimativas que envolvem riscos e incertezas quanto à sua efetivação, pois dependem parcialmente de fatores externos à gestão da empresa.

A participação e o trabalho técnico desenvolvido pela empresa AFFARI Assessoria Estratégica na elaboração deste Plano de Recuperação Judicial, deu-se através da modelagem das projeções financeiras de acordo com as informações e premissas fornecidas pela Empresa. Estas informações alimentaram o modelo de projeções financeiras da AFFARI Assessoria Estratégica, indicando o potencial de geração de caixa da empresa e conseqüentemente a capacidade de amortização da dívida.

As projeções para o período compreendido em 15 (quinze) anos foram realizadas com base em informações da própria empresa e das expectativas em relação ao

comportamento de mercado, preços, estrutura de custos e valores do passivo inscrito no processo.

Assim, as mudanças na conjuntura econômica nacional bem como no comportamento das proposições consideradas refletirão nos resultados apresentados neste trabalho.

7.5 Conclusão

Este Plano de Recuperação Judicial, fundamentado no princípio da “*par conditio creditorum*”, implica novação objetiva e real dos créditos anteriores ao pedido, e obrigam o GRUPO FRAS, e todos os Credores a ele sujeitos nos termos do artigo 59 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas), do artigo 385 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (Novo Código Civil) e artigo 584, inciso III, do caput da Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil). A sentença concessiva da Recuperação Judicial constitui título executivo judicial, novando e substituindo todas as obrigações sujeitas à Recuperação Judicial, de forma que, enquanto cumpridos os termos do presente Plano, estarão desobrigados de responder pelos créditos originais seus avalistas, fiadores e coobrigados. O GRUPO FRAS honrará os pagamentos posteriores ao segundo ano somente com o cumprimento dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/2005.

A AFFARI Assessoria Estratégica, que elaborou este Plano de Recuperação Judicial, acredita que o processo de reestruturação administrativa, operacional e financeira, bem como as correspondentes projeções econômico-financeiras detalhadas neste documento, desde que sejam implementadas e realizadas, possibilitará que o GRUPO FRAS se mantenha como empresa viável e rentável.

Também acredita que os Credores terão maiores benefícios com a implementação deste Plano de Recuperação, uma vez que a proposta aqui detalhada não agrega nenhum risco adicional.

Cachoeirinha/RS, 03 de Fevereiro de 2014.


AFFARI ASSESSORIA ESTRATÉGICA

Anuente:



GRUPO FRAS (em Recuperação Judicial)